

Intervenção na Santa Casa de Campo Grande, MS: Estudo de Caso Sobre a Evolução dos Indicadores Financeiros da Instituição

Intervention at Campo Grande, MS Santa Casa Hospital: Case Study on the Evolution of the Institution's Financial Indicators

Jefferson Levy Espindola Dias^{*a}; Pedro Henrique Gamarra Nascimento^a

^aUniversidade Anhuaguera Uniderp. MS, Brasil.

*E-mail: jdias@jogodenegocios.com.br.

Resumo

A Santa Casa de Campo Grande passou por um período de intervenção pelo poder público durante o período de 2005 a 2013, com a justificativa de reverter o quadro de crise vivido pelo hospital na época. O objetivo deste estudo é verificar o impacto dessa intervenção nos indicadores financeiros da instituição, avaliando, assim, a sua eficácia financeira. O estudo de caso foi realizado através da análise das demonstrações contábeis do período, sendo estas o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Com esta análise, extraíram-se os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, índices estes que foram interpretados, assim como tiveram sua variação avaliada. O resultado encontrado demonstra um baixo índice de liquidez, com pico em 2013 de 0,6972; índices de endividamento que não poderiam ser cobertos pelo patrimônio líquido da instituição; e, um aumento do prejuízo acumulado e do saldo negativo do patrimônio líquido. Observou-se, portanto, que houve piora nos indicadores financeiros analisados durante o período de intervenção do poder público, evidenciando que o mesmo não cumpriu os objetivos definidos à época da intervenção.

Palavras-chave: Indicadores Financeiros. Intervenção. Administração Financeira.

Abstract

Campo Grande-MS Santa Casa Hospital underwent a period of intervention by the government from 2005 to 2013, with the justification of reversing the financial crisis the hospital was going through at the time. The objective of this study is to check the impact of this intervention on the institution's financial indicators, thus evaluating its financial effectiveness. The case study was performed by analyzing the financial statements for the period, which are the balance sheet and the profit and loss statement for each year. With the analysis, the liquidity, indebtedness and profitability indexes were extracted, interpreted, and its variation evaluated. The result shows a low liquidity ratio, peaking in 2013 at 0.6972; indebtedness ratios that could not be covered by the institution's net worth; and, an increase in the accumulated loss and negative net worth balance. Therefore, it was observed that financial indicators analyzed worsened during the government's intervention, showing that it did not meet the objectives set at the time of the intervention.

Keywords: *Financial Indicators. Intervention. Financial Administration.*

1 Introdução

Em 1917 nascia a Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), originalmente com o nome de Sociedade Beneficente de Campo Grande (SBCG), a qual era composta por cidadãos preocupados com a saúde e com a falta de um hospital civil na cidade de Campo Grande/MS. Com isso, através de doadores, iniciou-se o processo de criação da Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande, a qual entrou em funcionamento em dezembro de 1928 tendo com mantenedora a SBCG.

Este hospital, que completou 100 anos em 2017, sempre foi o maior complexo hospitalar do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sofrido em sua trajetória uma série de melhorias, tais como a construção do novo prédio, em 1980, composto por 33 mil metros quadrados e 750 leitos e, mais recentemente, a finalização da Unidade do Trauma. Esta última uma obra iniciada na década de 1990, com investimento total de R\$ 32 milhões, foi inaugurada em 25 de abril de 2018 e contém 126 novos leitos, dentre eles Unidades de Terapia Intensiva

(UTI), Enfermarias, Observações e Salas Cirúrgicas. Assim, a Santa Casa é referência nacional em alta complexidade e é considerada a quarta maior do país.

Nesses mais de 100 anos de existência um período específico chama a atenção, sendo este de 2005 a 2011, período que ficou conhecido como “Período de Intervenção da Santa Casa”. Sob a justificativa de crise no funcionamento geral do hospital, paralisação do corpo clínico, suspensão de atendimentos e distorções na administração, no sistema contábil e no controle financeiro, foi expedido Decreto Municipal nº 9.131 em 13 de janeiro de 2005, o qual definia a intervenção do hospital, com a requisição de serviços e bens. Essa condição foi prorrogada até 30 de dezembro de 2007 através de mais dois Decretos Municipais, sendo estes o nº 9.473 em 22 de dezembro de 2005 e o nº 9.801 em 22 de dezembro de 2006.

Em 2007, através de decisão judicial deferiu-se a intervenção judicial na Associação Beneficente de Campo Grande, definindo-se uma Junta Interventiva, a qual era

composta por representantes do Município de Campo Grande, do Estado do Mato Grosso do Sul, da Secretaria Estadual de Saúde, os quais ficariam responsáveis por adotar todas as medidas indispensáveis para o correto e devido funcionamento do Hospital Santa Casa de Campo Grande. Essa situação perdurou-se até maio de 2013, com decisão favorável ao retorno da gestão e administração do hospital à Associação Beneficente de Campo Grande.

Frente à situação exposta, tem-se a mão uma ferramenta que pode, dentro de um escopo específico, demonstrar a situação da entidade ao longo do período a ser analisado. A Contabilidade, como ciência social aplicada, tem como um de seus objetivos principais a geração de informações, caracterizando-se assim como um sistema integrado. Conforme nos explica Azzolin (2012, p.27), “uma contabilidade que atenda aos padrões do mecanismo financeiro é forte aliada do sistema de governança corporativa, por apresentar balanços e demonstrações contábeis confiáveis”.

Dentre as diversas peças que compõem a contabilidade duas merecem especial destaque, sendo estas o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). O balanço patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar a situação contábil, financeira e econômica de uma determinada entidade em uma determinada data, sendo assim um demonstrativo estático. Este demonstrativo é consequência direta das partidas dobradas, sendo composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido da entidade. A demonstração do resultado do exercício contempla a formação do resultado líquido de um determinado exercício, através dos lançamentos de receitas, custos e resultados, sendo assim uma demonstração dinâmica. Em geral são elaborados mensalmente para fins administrativos. Essas duas peças contábeis principais são regidas pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das SAs) e devem ser publicados uma vez ao fim de cada período, evidenciando assim a situação da entidade em 31/12.

Considerando a importância das peças contábeis apresentadas, tem-se que, após sua elaboração, se faz necessária sua análise, visto que qualquer informação, especialmente a contábil, é inútil quando não interpretada. Inicia-se então o processo de análise das demonstrações contábeis, o qual é definido por Ribeiro (2009) como técnicas utilizadas pelos analistas de Balanços para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da Entidade ou de outros aspectos relacionados com o Patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários. Observa-se ainda a finalidade desta análise é prestar informações sobre a situação econômica e financeira da Entidade, para que as pessoas interessadas possam tomar decisões. Com isso, entende-se que, para uma tomada de decisão apropriada, é necessária uma profunda análise dos indicadores presentes nas peças contábeis citadas,

ou seja, se faz necessário uma análise das demonstrações contábeis.

Ao realizarmos a análise das demonstrações contábeis podemos extrair uma série de informações as quais, quando cruzadas, dão origem a índices, ou valores relativos. Como dito por Gitman (2010, p. 48) “a análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros para analisar e monitorar o desempenho da empresa. Os insumos fundamentais para a análise de índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial”. Logo, com uma análise é possível visualizar, demonstrar e interpretar a situação de determinada entidade em um determinado período de tempo, embasando a tomada de decisão dos responsáveis pela mesma ou avaliando uma tomada de decisão já executada.

Assim, surge a necessidade e a importância de elucidar o que aconteceu durante o período da intervenção na Santa Casa de Campo Grande, baseando-se em análises e ponderações sobre informações e índices extraídos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, a fim de interpretar se o objetivo da intervenção foi atingido.

Através da análise das demonstrações apresentadas pela entidade durante o período de intervenção podemos extrair uma série de informações e índices que demonstrarão, do ponto de vista contábil e financeiro, como foi realizada a tomada de decisão durante esse período, bem como as consequências, tanto positivas quanto negativas, para a ABCG quando da retomada do controle do hospital.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

O estudo de caso foi realizado no Hospital Santa Casa de Campo Grande, o qual atualmente é administrado pela ABCG – Associação Beneficente de Campo Grande. A pesquisa foi delimitada nos 8 anos de intervenção, ou seja, de 2005 a 2013, e se utilizou das demonstrações contábeis desse período, as quais foram publicadas em periódicos de grande circulação, no diário oficial de Campo Grande-MS (DIOGRANDE, 2019), além de estarem disponíveis para acesso público¹ no site da instituição. Não se verificou, no período de elaboração deste artigo, estudo similar em outros hospitais que passaram pelo processo de intervenção do poder público ou mesmo na Santa Casa de Campo Grande-MS, salvo exceção referente a relatórios de auditoria, os quais, conforme descrito nos decretos de intervenção, foram entregues diretamente à ABCG.

O estudo foi motivado por interesse em identificar o grau de assertividade do poder público na gestão do maior hospital do centro-oeste e o quarto do Brasil. Considerando que este atende a população de toda a região e que é custeado, em grande parte, por verbas públicas, é de interesse de toda a população

¹ Hospital Santa Casa. Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício. Disponíveis em: <http://santacasagc.org.br/canal/prestacao-de-contas>.

a continuidade, ampliação, melhoria e aprimoramento do atendimento e dos serviços prestados. Contudo, para que tudo isto se concretize, é necessária uma gestão que atue de forma responsável e, acima de tudo, com decisões embasadas em informações sólidas e interpretadas adequadamente, a fim de se manter a transparência, de se reduzir os riscos do mesmo problema se repetir e, ainda, de servir como exemplo para outras instituições que atuam na saúde pública.

Para embasar o estudo a ser realizado foram utilizados três autores renomados na área financeira, sendo estes Lawrence J. Gitman e sua obra “Princípios de Administração Financeira”, Osni Moura Ribeiro (2009) e sua obra “Estrutura e Análise de Balanços Fácil” e Clóvis Luis Padoveze com sua obra “Análise das Demonstrações Financeiras”.

Definiu-se como objetivo geral verificar o desempenho da gestão pública durante o período de intervenção na Santa Casa de Campo Grande. Como objetivos específicos, buscou-se realizar, inicialmente, a análise horizontal dos balanços patrimoniais, depois calcular os índices de liquidez, analisar os índices de endividamento e verificar os índices de rentabilidade.

Sendo assim, após o levantamento dos valores presentes nas peças contábeis, elaborou-se uma análise horizontal das principais contas, evidenciando assim sua variação percentual ao longo do período analisado. Uma vez realizada a análise horizontal, realizou-se o cálculo dos seguintes índices: índices de liquidez corrente, seca, imediata e geral; índices de endividamento geral, de cobertura de juros e de cobertura de obrigações fixas; e, índice de rentabilidade sobre o capital próprio (GITMAN, 2010). Os índices de liquidez representam a razão entre as contas do ativo frente as do passivo, possuindo uma análise direta, ou seja, quanto maior o índice melhor para a empresa. Os índices de endividamento representam a razão entre contas do ativo, passivo e de resultado, expondo o grau e qual o tipo de endividamento a empresa possui. Sua análise é inversa, ou seja, quanto menor o índice melhor o endividamento da empresa. Por fim tem-se o índice de rentabilidade, os quais são a razão entre o Lucro, o ativo e o patrimônio líquido. Assim como os índices de liquidez, sua análise é direta e quanto maior os índices de retorno maior melhor para a instituição.

Com relação a metodologia utilizada, o artigo se caracteriza como uma pesquisa do tipo básica, visto ser motivada pela necessidade do pesquisador em entender os fatos ocorridos no objeto do estudo. Entretanto, considerando a importância social das informações analisadas e dos possíveis resultados obtidos, é grande a possibilidade do estudo se tornar aplicado, seja pelo fato do estudo vir a ser utilizado pelos gestores da Santa Casa para nortear possíveis tomadas de decisões, ou por vir a ser publicado. Com referência a abordagem dos dados, sua natureza é qualitativa que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013) é um método que faz uma interpretação dinâmica e global da realidade, já que os fatos estudados perdem sua relevância fora do respectivo contexto social,

político e econômico.

Considerando seus objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva que, conforme Gil (2007), é uma análise mais aprofundada que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado que, no caso, foram os índices financeiros provenientes das peças contábeis divulgadas pela Santa Casa de Campo Grande-MS. Para seu cálculo, foram utilizadas as fórmulas sistematizadas na literatura por Gitman (2010), Ribeiro (2009) e Padoveze (2010). Os dados se referem aos fatos e resultados contábeis obtidos através do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado de cada exercício analisado, os quais foram baixados do próprio website da instituição. Com isso, tem-se que o artigo se utiliza do método de estudo de caso, e conta com uma perspectiva de tempo longitudinal, já que foram levantados dados sobre o período de 2005 a 2013.

A revisão teórica foi realizada principalmente através de pesquisas nos livros “Princípios de Administração Financeira” de Gitman (2010), “Estrutura e Análise de Balanços Fácil” de Ribeiro (2009), e Padoveze (2010) com sua obra “Análise das Demonstrações Financeiras”. Buscas no diário oficial de Campo Grande permitiram realizar a contextualização dos acontecimentos no período estudado, e as peças contábeis propriamente ditas foram baixadas do site da Santa Casa. O desenvolvimento foi estruturado, inicialmente, com uma revisão teórica sobre contabilidade, administração financeira, peças contábeis, e indicadores financeiros, e, posteriormente, com o caso do Hospital Santa Casa respondendo aos objetivos deste trabalho.

2.2 Discussão

2.2.1 Contabilidade

A Contabilidade é definida como uma ciência social aplicada que tem por principal objetivo o fornecimento de informação, conforme diz Marion (2009) quando afirma que “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisão dentro e fora da empresa”. Com isto Marion define ainda que, além de fornecer informação, a contabilidade embasa a tomada de decisão de todos que dela necessitem.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) define, em seu Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs (2009), a contabilidade como “a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade”. Afirma ainda que “a contabilidade obedece a regras próprias, cujo escopo é a evidenciação dos fatos ocorridos na Administração”. Assim, observa-se a importância de uma contabilidade fidedigna e que possa embasar a tomada de decisão de seus usuários, assim como se pode, através da contabilidade, obter uma visão da situação de uma entidade e de sua administração.

As informações obtidas através da contabilidade embasam a tomada de decisão e a administração nas diversas

áreas de uma entidade, em especial em sua área financeira. A administração financeira é definida por Gitman (2010) como “o desenvolvimento e a implementação de estratégias empresariais que têm por objetivo o ‘crescimento da empresa’ e a melhoria de sua posição competitiva”. Com isto, observa-se claramente a utilização das informações contábeis com objetivo certo e específico, sendo este a evolução do negócio e sua competitividade.

2.2.2 Administração Financeira

A interação da contabilidade como ciência e da administração financeira, englobando a coleta e tratamento de dados, sua interpretação e utilização na tomada de decisão ocorre por meio de geração de peças contábeis, ou demonstrativos contábeis. Essas demonstrações são definidas por Ribeiro (2009) como “relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do Patrimônio ocorrida durante um exercício social”. A definição apresentada abraça uma série de demonstrações que podem ser elaboradas pela contabilidade, cada qual com suas particularidades.

Acerca das peças contábeis e seu fornecimento de informação, Gitman (2010) afirma que “os relatórios devem ser preparados periodicamente para os reguladores, credores, proprietários e administradores”. Gitman (2010) e Hoji (2010) encontram-se em consenso com relação as quatro principais demonstrações financeiras, sendo estas a demonstração de resultado (DRE), o balanço patrimonial (BP), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e a demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Quando analisadas, essas demonstrações fornecem uma série de dados que permitem avaliar a situação financeira da empresa, a administração da mesma e embasar a tomada de decisões.

Das demonstrações citadas, duas chamam atenção considerando a quantidade de informações que possuem, sendo estas o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Ambas são de publicação obrigatória a cada exercício (anualmente) de acordo com a Lei nº 6.404/76.

2.2.3 Peças contábeis

O BP é definido por Ribeiro (2009) como “a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da Entidade”. Já Gitman (2010) o define como a “posição financeira da empresa em uma certa data”. O BP é dividido basicamente em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, contendo as informações estáticas da entidade referente a um exercício social, ou seja, referente a um ano.

A DRE é definida por Gitman (2010) como “um resumo financeiro dos resultados operacionais da empresa durante um determinado período”. Já a definição de Ribeiro (2009) é “um relatório contábil destinado a evidenciar a composição

do resultado formado num determinado período de operações da Entidade”. Assim como o BP, a DRE é referente a um exercício social, ou seja, referente a um ano.

Através das definições apresentadas, observa-se a especificidade de cada demonstração, sendo o BP uma demonstração estática que evidencia a posição financeira de uma empresa e o DRE uma demonstração dinâmica que visa evidenciar a composição do resultado de uma empresa, e sua complementação através das informações presentes nessas demonstrações. Entretanto, para a tomada de decisão, faz-se necessário a análise de forma criteriosa das demonstrações citadas.

A análise das demonstrações é definida por Ribeiro (2009) como um “exame minucioso, abrangendo cada uma das contas que compõem a demonstração financeira objeto da análise”. Juntamente a esta definição, Padoveze (2010) afirma que a análise das demonstrações financeiras se dá “por meio de um conjunto de procedimentos e conceitos aplicados de forma inter-relacionada, obtém-se uma série de indicadores que permite fazer uma avaliação sobre a situação econômica financeira da empresa e o retorno do investimento”. Com isto é possível observar que a análise em si deve seguir um padrão, bem como ao final ter a obtenção de um indicador que pode ser avaliado e comparado.

Entretanto, antes da elaboração de indicadores propriamente ditos e utilizando apenas os dados presentes diretamente nas demonstrações avaliadas, é possível a realização da mensuração de sua variação, sendo isto denominado análise horizontal. Conforme afirma Padoveze (2010) essa análise, quando utilizada em uma série de períodos, “acaba indicando uma tendência de crescimento (ou diminuição)”.

2.2.4 Indicadores financeiros

Sobre os indicadores que podem ser obtidos através da análise, Gitman (2010) os classifica convenientemente “em cinco categorias principais: liquidez, atividade, endividamento, lucratividade e valor de mercado”. Por fim, afirma ainda que “os dados necessários para a realização de uma análise financeira adequada incluem, no mínimo, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial”. Essa análise pode ainda ser interpretada de uma série de formas, tais como uma análise vertical, análise horizontal, comparação de índices, interpretação de quocientes, dentre outras.

Dentro das categorias apresentadas por Gitman (2010), para o presente estudo serão utilizadas três categorias, sendo estas as de liquidez, de endividamento e de lucratividade”. Referente a liquidez, quatro índices foram utilizados, sendo estes a liquidez corrente, a seca, a imediata e a geral. Sobre o endividamento, utilizou-se três índices, os quais foram o endividamento geral, o de cobertura de juros e o de cobertura de obrigações fixas. Já na categoria rentabilidade foram analisados os índices de retorno sobre o ativo total e de retorno sobre o patrimônio líquido.

Os índices de liquidez são definidos por Ribeiro (2009)

como “o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com Terceiros”. Observa-se através da definição que a liquidez está intimamente ligada a administração financeira e a tomada de decisão. Conforme os índices definidos, tem-se as seguintes formulas para sua obtenção: a liquidez corrente é representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, a liquidez seca é representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante desconsiderando estoques, a liquidez imediata é representada pela razão entre as disponibilidades e o passivo circulante e a liquidez geral é representada pela razão entre o ativo circulante + não circulante e o passivo circulante + não circulante. Sua forma de análise é direta, ou seja, quanto maior o índice melhor para a instituição.

Já o índice de endividamento é definido por Gitman (2010) como “o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros”. Conforme a própria definição apresentada, se gerido de forma devida e planejada, os índices de endividamento provêm informações de suma importância para a maximização de lucros da entidade. Considerando os três índices definidos para o estudo, tem-se as seguintes fórmulas para sua obtenção: o endividamento geral é obtido com a razão entre o passivo total e o patrimônio líquido, o endividamento para cobertura de juros é obtido com a razão entre o lucro antes do imposto de renda e os juros e o endividamento financeiro é obtido com a razão entre empréstimos e financiamentos e o patrimônio líquido. Assim como os índices de liquidez, sua análise é direta, ou seja, quanto maior o índice melhor a situação da empresa analisada.

Por fim, tem-se os índices de rentabilidade, os quais são definidos por Ribeiro (2009) como tendo o objetivo de “medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo Capital investido na empresa”. Frente esta definição entende-se a importância, tanto para a empresa como para as partes interessadas, de uma gestão, avaliação, controle e projeção dos índices de rentabilidade, visando não só o lucro, mas acima de tudo a remuneração sobre o capital aplicado. Para a apuração do índice utiliza, tem-se a seguinte fórmula: índice de retorno sobre o patrimônio líquido é obtido pela razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido.

3 O Caso do Hospital Santa Casa de Campo Grande

A análise da performance financeira da instituição do decorrer do período de intervenção foi realizada pela análise horizontal dos balanços e do cálculo dos índices econômico-financeiros.

3.1 Análise Horizontal

Para a elaboração da análise horizontal (AH) realizou-se primeiramente a leitura e estruturação do Balanço Patrimonial. Considerando que o período analisado contempla nove anos,

verificou-se que os balanços e suas contas sofreram alterações ao longo dos exercícios. Frente a isto, foi realizada a seleção das contas que se mantiveram constantes e que foram consideradas relevantes para o estudo, sendo estas: Ativo Total, Ativo Circulante, Disponível, Estoque, Ativo Não Circulante, Passivo Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Patrimônio Líquido.

Após a definição das contas, executou-se o cálculo da variação de cada conta considerando o ano atual em relação ao ano anterior. Ou seja, a fórmula para elaboração da análise horizontal de cada conta é: $AH = (\text{Saldo atual} - \text{Saldo anterior}) / \text{Saldo anterior}$. Com isso, tem-se a apresentação da variação das contas ano a ano.

Com objetivo de ter uma visão macro do período analisado, realizou-se ainda uma análise horizontal utilizando somente o primeiro e o último período, sendo estes 2005 e 2013 respectivamente, conforme apresentado percentualmente no Quadro 1.

Quadro 1 - Análise Horizontal entre o Período Inicial e o Final

Conta	AH
Ativo Total	193,01%
Ativo Circulante	357,58%
Disponível	-10,29%
Estoque	-23,60%
Ativo Não Circulante	97,62%
Passivo Total	287,77%
Passivo Circulante	105,70%
Passivo Não Circulante	3881,80%
Empréstimos e Financiamentos	1827,58%
Fornecedores	48,97%
Patrimônio Líquido	611,02%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela análise horizontal observa-se que, no geral, as contas do ativo analisadas apresentaram uma variação positiva. A conta Ativo Total variou positiva e negativamente durante o período analisado, tendo sua maior variação em 2013 com um aumento de 98,8% em relação a 2012. A conta Ativo Circulante também variou positiva e negativamente durante o período analisado, tendo sua maior variação vista em 2013 com o aumento de 126,6% em relação a 2012. A conta Disponível apresentou picos de variação, com crescimentos em 2009 e 2011 e reduções em 2010 e 2012. Sua maior variação ocorreu em 2013 com o aumento de 835,4% em relação a 2012. A conta Estoque apresentou variações durante o período analisado, com crescimentos e reduções, com destaque para um crescimento de 96,2% em 2008. A conta Ativo Não Circulante apresentou variações durante o período, com o pico de crescimento em 2013, o qual variou 70,7% em relação a 2012.

As contas do passivo, quando observadas através da AH, também apresentaram no geral uma variação positiva. A conta

Passivo Total se manteve sem grandes variações, exceto por um pico de crescimento de 73,7% em 2013, em relação a 2012. A conta Passivo Circulante apresentou variações durante o período analisado, com sua maior variação presente em 2013, onde teve um crescimento de 64,3% em relação a 2012. A conta Passivo Não Circulante apresentou picos de variações durante o período analisado, com um crescimento em 2007 de 452,7% em relação a 2006. A conta Empréstimos e Financiamentos apresentou picos de variações, tendo sofrido em 2009 um aumento de 1753,7% em relação a 2008, o que ocasionou o aumento vertiginoso da conta e o manteve assim até o final da análise. A conta Fornecedores se manteve estável com leve crescimento, sempre com variação positiva abaixo de 11%.

A AH da conta Patrimônio Líquido resultou em uma variação positiva em todo o período analisado, com exceção de 2008. Contudo, a análise parte da premissa que a conta encontrava-se negativa em 2005, ano inicial. Por isso, uma variação positiva indica uma maior negatividade, ou seja, a conta ficou mais negativa ao longo do período analisado.

Observando a AH elaborada com o período inicial (2005) e o final (2013), observa-se que apenas duas contas sofreram redução, sendo estas Disponível e Estoque. As contas Ativo Circulante, Não Circulante e Total apresentaram crescimento, sendo o mais acentuado no Ativo Circulante, com variação de 357,58%. A conta Passivo Total, Circulante e Não Circulante apresentaram variação positiva, sendo a maior delas no Passivo Não Circulante, que teve uma variação de 3881,80%. Isto representou um crescimento de mais de R\$ 100.000.000,00 na conta analisada. Isto pode ser justificado quando se observa a variação das contas Empréstimos e Financiamentos e Fornecedores, que variaram 1827,58% e 48,97% respectivamente. Por fim, a conta Patrimônio Líquido atingiu uma variação de 611,02%, com um valor de R\$ 80.125.000,00 negativo em 2013.

3.2 Índices de liquidez

Os Índices de Liquidez foram calculados com base nos valores das contas extraídas do período de 2005 a 2013, respeitando as fórmulas descritas na revisão de literatura. Com isto, observa-se que os valores para os 4 índices calculados (Geral, Corrente, Seca e Imediata) se comportaram conforme visto no Apêndice C.

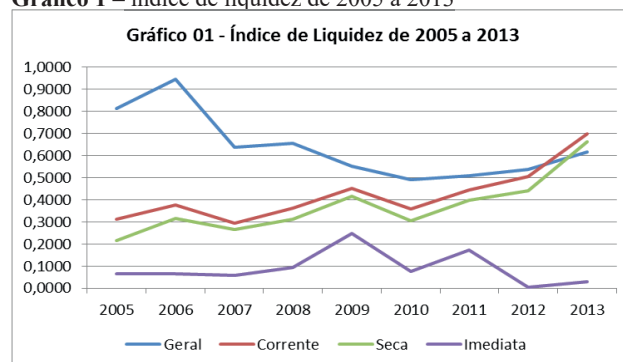
A liquidez geral, resultado da razão entre o ativo total e o passivo total, apresentou picos de crescimento durante o período analisado, em especial no ano de 2006. Entretanto, no geral o índice em questão apresentou queda até o ano de 2010, com leve recuperação até o ano de 2013, sendo seu resultado final de 0,6143. Isto indica que, para cada R\$ 1,00 presente no Passivo Total, existia R\$ 0,61 no Ativo Total para o pagamento. Pode-se relacionar este índice com a variação sofrida pelo Passivo Total, observada na análise horizontal, onde o mesmo tem um crescimento percentual maior quando comparado ao Ativo Total.

Liquidez Corrente, índice definido pela razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, apresentou variações até o ano de 2010, com crescimentos e quedas moderadas. Do ano de 2010 a 2013 demonstrou um grande crescimento, saltado de 0,3597 para 0,6972. Isto indica que em 2013, para cada R\$ 1,00 presente no Passivo Circulante, existia aproximadamente R\$ 0,70 no Ativo Circulante para sua quitação. Este índice pode ser relacionado ao crescimento do Ativo Circulante, o qual foi superior ao Passivo Circulante, conforme visto na análise horizontal.

Para o cálculo da Liquidez Seca utilizou-se a mesma razão da liquidez corrente, porém desconsiderando os valores presentes na conta “Estoque”. A conta estoque, apesar de apresentar variações durante o período analisado, demonstrou estabilidade quando observado o ano inicial e o ano final da análise. Com isto, a liquidez seca apresentou a mesma curva da liquidez corrente, com uma diferença média de 0,05 entre os dois. A liquidez seca apresentou o valor de 0,6606 em 2013, o que significa que para cada R\$ 1,00 presente no passivo circulante existia R\$ 0,66 no ativo circulante para sua quitação, desconsiderando os estoques.

A liquidez imediata é encontrada através da razão entre a conta “Disponibilidades” e o Passivo Total. Ou seja, representa a disponibilidade para o pagamento de todo o meu passivo. Observando o valor presente no passivo total e o crescimento do passivo não circulante, tem-se a relação com este índice, o qual foi o menor dos três, o que já era esperado tendo em vista sua natureza. Entretanto, houve picos de crescimento em seu valor, em especial nos anos de 2009 e 2011, que podem ser conectados a variação positiva da conta Disponibilidades, observada na análise horizontal. Este índice terminou 2013 com o valor de 0,0293, o que significa que existiam aproximadamente R\$ 0,03 na conta Disponível para cada R\$ 1,00 presente no meu Passivo Total.

Gráfico 1 – índice de liquidez de 2005 a 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos no Gráfico 1 que, apesar das variações sofridas pelos índices analisados, nenhum ultrapassou o valor de 1,00, o que significa que o ativo circulante (disponibilidades de curso prazo) da instituição nunca foi suficiente para fazer frente ao seu passivo circulante (obrigações de curto prazo). Em 2013 o maior índice foi a liquidez corrente, apresentando

o valor de 0,6972.

3.3 Índices de endividamento

Os Índices de Endividamento foram calculados com base nos valores das contas extraídas do período de 2005 a 2013, respeitando as fórmulas propostas conforme descrito na revisão de literatura. Com isto, observa-se que os valores para os 3 índices calculados (Geral, Para Cobertura de Juros e Financeiro) se comportaram conforme descrito no Apêndice D.

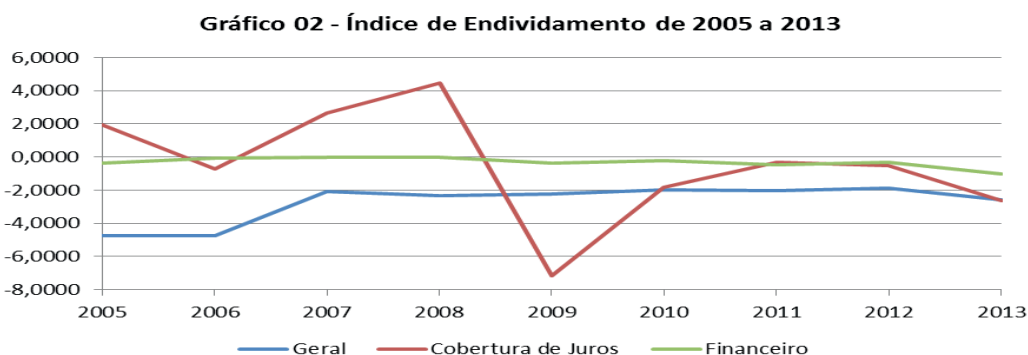
O Endividamento Geral, calculado pela razão entre o Passivo Total e o Patrimônio Líquido, se manteve estável durante o período analisado, apresentando apenas um crescimento entre os anos de 2006 e 2007. Isto pode ser observado na análise horizontal, relacionando a variação deste índice com a variação do PL no mesmo período, o qual passou de R\$ 12.054.000,00 negativo para R\$ 32.923.000,00 negativo. O índice resultou negativo em todo o período analisado, demonstrando a situação do patrimônio líquido e evidenciando o endividamento geral e a necessidade de capital de terceiros para o pagamento das obrigações.

O índice que apresentou maiores variações, o Endividamento para Cobertura de Juros, é calculado pela razão entre Lucro e Juros do período. Sua variação pode ser observada e relacionada a conta juros, que sofreu grandes variações durante o período analisado, apresentando seu menor valor em 2007 (R\$ 223.000,00) e o maior valor em 2011 (R\$ 28.111.000,00), sendo este último consequência de negociação de dívidas de períodos anteriores. Considerando o prejuízo observado na análise horizontal, relacionado ao índice resulta em endividamento negativo, não havendo lucro para a cobertura de juros.

Já o Endividamento Financeiro é calculado pela razão entre a conta Empréstimos e Financiamentos e a conta Patrimônio Líquido. Este índice se manteve estável durante todo o período, mesmo com o alto crescimento da conta Empréstimos e Financiamentos observada na análise horizontal. Por resultar negativo, tem-se que não existe patrimônio líquido suficiente para suprir os valores presentes na conta do passivo.

Observa-se a variação dos índices durante o período no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice de Endividamentos 2005 a 2013



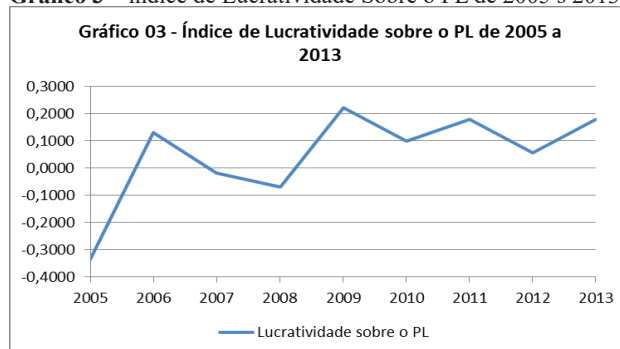
Fonte: Dados da pesquisa.

3.4 Índices de Rentabilidade

O Índice de Rentabilidade foi calculado com base nos valores das contas extraídas do período de 2005 a 2013, respeitando as fórmulas descritas na revisão de literatura. Com isto, observa-se que o índice proposto, Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.

A Lucratividade sobre o Patrimônio Líquido é calculada através da razão entre o Lucro e o Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido se manteve negativo durante todo o período analisado, porém o lucro apresentou períodos positivos e períodos negativos, conforme visto na análise horizontal. Com isso tem-se que o índice negativo demonstra um lucro dividido por um patrimônio líquido negativo. O lucro sofreu grandes variações, sendo o melhor resultado em 2005 com um lucro de R\$ 3.776.000,00, e o pior em 2013 com um prejuízo de R\$ 14.488.000,00. Por fim, observa-se no Gráfico 3 o crescimento da lucratividade, evidenciando o prejuízo e o patrimônio líquido reduzindo a cada período.

Gráfico 3 – índice de Lucratividade Sobre o PL de 2005 s 2013



Fonte: Os autores.

Após toda a análise realizada sobre as contas do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultado do exercício, bem como os cálculos e variações dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, tem-se que a administração realizada na Santa Casa pelo poder público durante o período de intervenção, sendo este de 2005 a 2013, não foi benéfico

para a instituição.

4 Conclusão

Conclui que se pode tomar como base as variações das contas do balanço patrimonial, em especial o crescimento observado no passivo não circulante, ligado diretamente a conta de empréstimos e financiamentos. Considerando que a determinação de 2007 impôs que o poder público adotasse todas as medidas indispensáveis para o correto e devido funcionamento do Hospital Santa Casa de Campo Grande-MS, o que incluía aportes financeiros para seu funcionamento. Assim, não era de se esperar que fossem necessários financiamentos para o funcionamento da instituição. Somado a isso, tem-se o fato dos índices de liquidez verificados ficarem sempre abaixo de 1,00, sendo este um valor chave para uma boa gestão financeira. O melhor índice de liquidez verificado em 2013 foi a liquidez corrente, com valor de 0,6972.

Outra questão a se levar em conta é o endividamento que, exceto pelo de cobertura de juros, resultou em valores negativos, considerando que a instituição apresentou prejuízos em seis dos nove períodos analisados, juntamente com um patrimônio líquido negativo crescente, o que demonstra um acúmulo desse prejuízo. Evidencia-se, portanto, que não havia patrimônio suficiente para arcar com as dívidas do período, sejam essas com terceiros, com juros ou de forma geral.

Por fim, apesar do aparente crescimento no índice de lucratividade, é necessário a interpretação das contas que compõem o citado índice, visto que o mesmo é composto pela razão entre lucro e patrimônio líquido. Contudo, observando que as contas lucro e patrimônio líquido são negativas, sua razão resultará em um resultado positivo, apontando um crescimento no gráfico. Porém, na realidade ocorre um crescimento do prejuízo e um aumento na negatividade do patrimônio líquido da instituição, resultado num gráfico crescente que, assim, demonstra lucratividade negativa.

Durante a elaboração do presente estudo, verificou-se variações significativas nas demonstrações contábeis analisadas, em sua forma de elaboração e apresentação. Frente a isto, sugere-se a realização de mais pesquisas sobre o tema, com uma ampliação do escopo e das informações utilizadas, bem como evidenciando outros aspectos, como questões qualitativas relacionadas ao cunho político e social envolvidos, caminhando, assim, para um estudo explicativo dos fatos levantados neste artigo.

Referências

- AZZOLIN, José Laudelino. Análise das Demonstrações Contábeis. Curitiba, PR: IESDE, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRC. Brasília: CFC, 2009.
- DIOGRANDE – Diário Oficial de Campo Grande-MS. Versão digital do Diário Oficial disponível no endereço: <http://portal.capital.ms.gov.br/diogrande>. Acesso em: 10 jun, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.
- GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- HOJI, Masakazu. Administração Financeira e Orçamentária. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HOSPITAL SANTA CASA. Repositório dos documentos digitais contendo os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício. Disponíveis em: <http://santacasacg.org.br/canal/prestacao-de-contas>. Acesso em: 12 ago, 2019.
- MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento Orçamentário. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico. 2ed. Novo Hamburgo: Frevale, 2013.
- RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanços Fácil. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.